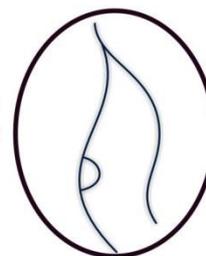




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 07, março de 2014.

Paisagem e livro didático: perspectivas filosóficas no ensino de geografia no 6º ano do colégio estadual Marechal Artur da Costa e Silva, Porto Nacional – Tocantins.

Emerson Martins da SILVA¹
Ana Carolina de Oliveira MARQUES²
Rosane BALSAN³

Resumo

Este artigo traz ponderações acerca das perspectivas filosóficas identificadas no ensino de geografia no 6º ano do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva, em Porto Nacional (TO). Desvendá-las significa esclarecer elementos fundamentais no processo ensino-aprendizagem. De acordo com a concepção de educação predominante nesse estabelecimento, qual a finalidade da disciplina geográfica no ensino fundamental? O que o conceito de paisagem nos informa dessas escolhas? Metodologicamente, partiu-se da análise do conceito de paisagem no livro didático adotado pela escola. Com informações obtidas a partir da tabulação e interpretação de dados primários e secundários possibilitou-se a visualização de elementos-chave que apontam o predomínio, em estabelecimentos como o investigado neste artigo, de abordagens positivistas. Diante disso, no plano filosófico, foram identificadas marcas das escolas realismo e análise, deixando a desejar quanto ao estímulo nos alunos de posicionamentos críticos e da articulação do conteúdo com a realidade local.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Paisagem. Livro didático. Perspectivas Filosóficas.

Abstract

This article presents considerations concerning the philosophical perspectives identified in the teaching of geography in the 6th year of the State College Marshal Artur da Costa e Silva in Porto Nacional (TO). Unravel them means to clarify key elements in the teaching-learning process. According to the prevailing conception of education in this institution and what the purpose of the geographical discipline in elementary school? The concept of landscape that informs us of these choices? Methodologically, started from the analysis of the concept of landscape in the textbooks adopted by school. With information obtained from the tabulation and interpretation of primary and secondary data allowed the visualization of key elements that link the predominance in establishments such as investigated in this article, positivist approaches. Thus, on the philosophical plane, were identified trademarks of schools and realism analysis, found wanting as to stimulate students in critical positions and articulation of content with the local reality.

Keyword: Teaching of Geography. Landscape, Textbook. Philosophical Perspectives.

¹ Licenciado em Geografia – Universidade Federal do Tocantins/ Campus de Porto Nacional. Este artigo derivou do trabalho de conclusão de curso deste acadêmico, sob a orientação da Me. Ana Carolina de Oliveira Marques e revisão da Dra. Rosane Balsan. E-mail: mersin82@hotmail.com.

² Mestre em Geografia. Professora do Curso de Geografia – UFT/Porto. Orientadora do referido TCC. E-mail: carol.geografia@uft.edu.br.

³ Doutora em Geografia. Professora do Curso de Geografia – UFT/Porto. Membro da banca avaliadora do referido TCC. Coautora deste artigo. E-mail: rosanebalsan@uft.edu.br.

1. Introdução

Este artigo trata de uma pesquisa realizada durante a disciplina Estágio VII/TCC II, do curso de Geografia (Licenciatura), da Universidade Federal do Tocantins. O objetivo principal deste trabalho foi analisar o conceito de '*Paisagem*' e as perspectivas filosóficas no ensino de geografia através da análise do texto do livro didático "*Geografia espaço e vivência: introdução à ciência geográfica*", editora Atual, do autor Levon Boligian, ano 2009. O conceito de paisagem principia o texto do livro disponível como material didático para o 6º anos do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Artur da Costa e Silva, localizado em Porto Nacional – TO, por isso a escolha deste nível de ensino.

Sabe-se que o conceito de paisagem tem, historicamente, grande relevância para a ciência geográfica, estabelecendo-se como um de seus conceitos-chave, o qual está em constante (re)discussão. O mesmo não é exclusivo da geografia, como afirma Meneses (2002). Para este autor a paisagem é tema "extremamente amplo, cheio de veredas que se multiplicam e alternativas que não se excluem" (MENSESES, 2002, p. 29). Destaca ainda, como problema, o fato da "paisagem" ser palavra extremamente polissêmica, o que em muito contribui para que a mesma seja utilizada de maneira banal.

Salgueiro (2001), em estudo sobre paisagem e geografia, afirma que a paisagem é uma maneira de ver o mundo. A mesma enfatiza o papel que a pintura desempenhou em relação aos códigos de apreciação da natureza, sobretudo no século XVIII e início do XIX. Expõe que, de fato, a pintura de paisagem levou as pessoas a olharem a natureza com outros olhos, pois ao retratar a natureza em quadros, verdadeiros objetos e condição do belo, valorizou o território como espetáculo estético, porém constituíam-se como paisagens idealizadas. A forma de olhar a paisagem evolui ao passar dos tempos, segundo Salgueiro (2001, p.39) o aparecimento da paisagem foi acompanhado de uma revolução científica e técnica que "libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho à sua manipulação e transformação com diversos fins".

A partir das considerações acima explicitadas, pode-se asseverar que o conceito de paisagem tem uma expressiva importância na ciência geográfica. Tal importância deve ser encarada com rigor, a começar com o ensino básico (Ensino fundamental e Médio). Nestas séries muitas vezes o único material didático de estudo e pesquisa é o livro didático. Este fator traz consigo uma problemática, pois a utilização do livro didático como única fonte de pesquisa se agrava quando ocorrem erros que não são percebidos pelo professor, como por exemplo, incoerências conceituais e metodológicas entre o que conteúdo dado e o contexto do público alvo. Nesse sentido, Castrogiovanni (2003) considera que o livro didático é (ou deveria ser) mais um instrumento de auxílio às atividades didático-pedagógicas, e não o único recurso. Entretanto, diante das condições de trabalho nas quais se encontram os professores de Geografia e de outras áreas em grande parte das redes públicas de ensino, esse recurso acaba se tornando a única fonte de conhecimento utilizada em sala de aula.

A partir dessas colocações, surgiram aos seguintes questionamentos: de acordo com a concepção de educação predominante no estabelecimento de ensino, qual a finalidade da disciplina geográfica no nível fundamental? O livro didático é suscetível a várias interpretações ou é o material didático soberano e, portanto, portador de uma verdade absoluta? O que o conceito de paisagem nos informa dessas escolhas? A procura por tais respostas ou mesmo o enriquecimento dessas perguntas justificam o presente trabalho. Torna-se fundamental ler as entrelinhas desse conceito e as perspectivas filosóficas embutidas nas narrativas escritas, as quais desempenham papel importante na construção do imaginário social sobre as realidades locais.

Estruturalmente, a pesquisa da qual resultou este trabalho partiu de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos-chave relacionados ao tema: "**Paisagem e Livro didático – Filosofia e Geografia**". Em seguida, o estudo constitui-se como exploratório, dada a escassez de dados sobre a realidade

estudada – etapa que fundamentou o tópico que trata de um **“Breve diagnóstico socioespacial do Colégio Estadual Artur da Costa e Silva”**. Concomitantemente, seguiu-se com as pesquisas de campo, que segundo Rodrigues (2007) não permitem isolar e controlar as variáveis, mas perceber os fatos tal como ocorrem. Nestas, foram compilados alguns documentos que retratam a estrutura física da escola e o histórico da mesma (como Projeto Político Pedagógico) e aplicados questionários às duas turmas de ensino fundamental da Escola e ao único professor de Geografia do estabelecimento. A fundamentação teórica somada à análise dos dados tabulados e informações obtidas a partir dos questionários permitiu a visualização de elementos-chave sobre as perspectivas filosóficas ali implícitas, apresentadas em **“Perspectivas Filosóficas no Ensino de Geografia”**. Por fim, tem-se as **“Considerações finais”**, relatando experiências outras na pesquisa, mostrando o potencial do tema, que está longe de ser esgotado.

2. Paisagem e livro didático – filosofia e geografia

Neste tópico, refletir-se-á inicialmente sobre os conceitos de paisagem, analisando erros existentes relacionados ao estudo do conceito na disciplina de geografia, propondo reflexões e desafios que sejam coerentes e direcionados à própria evolução da ciência geográfica na atualidade. Buscou-se trazer contribuições que rompam com o estudo estático da paisagem e que auxiliem na construção de metodologias de ensino mais dinâmicas e interativas com a realidade vivenciada pelo aluno, permitindo que o ensino da Geografia nas escolas esteja colaborando para a formação crítica dos cidadãos perante a sociedade. Esta formação crítica obedece à fundamental relação entre sociedade-natureza, que está na base, por exemplo, das sequenciais crises ambientais do mundo.

Para compreender o conceito de paisagem na Geografia é necessário, antes de mais nada, esclarecer o objeto geral desta ciência: o espaço. Segundo SANTOS (1990)

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participa, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 1990, p. 27).

Este conceito caracteriza-se por sua multiplicidade de olhares e fenômenos – tanto naturais, como antrópicos e/ou sociais. Ainda nesse sentido, múltiplo e dialético, SANTOS noutra obra, conceitua a paisagem:

Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, 2006, p.40).

A paisagem, na perspectiva “miltoniana”, é muito mais que o visível e é composta pela junção de formas, funções, estruturas e processos que (re)organizam o espaço. (SANTOS, 2006). A dimensão histórica é assim imprescindível na inteligibilidade das feições e funções paisagísticas. Logo, ler a paisagem significa compreender os processos sociais, econômicos e ambientais que fizeram/fazem do mundo o que ele é.

O termo paisagem surgiu juntamente com a arte da pintura e foi ao longo dos séculos sofrendo modificações no âmbito científico, de acordo com as intencionalidades e paradigmas dominantes em cada época (SALGUEIRO, 2001). Numa tentativa de síntese, a autora destaca que este conceito dividiu-se (e ainda divide-se) nas diferentes correntes do pensamento geográfico segundo duas abordagens: uma que prioriza os elementos objetivos do espaço (recentemente, tem-se a Ecologia da Paisagem) e aquela que dá ênfase ao fenômeno na sua dimensão subjetiva, matriz compartilhada, por exemplo, entre os geógrafos humanistas.

A pluralidade das concepções deste conceito advém das inúmeras vertentes científicas que compõem a extensa linha de evolução do pensamento geográfico, o que é também refletido nas variadas utilizações desse conceito em sala de aula. Cada uma prioriza uma determinada abordagem, implicando um posicionamento político e filosófico, fazendo portanto do livro, um instrumento ideológico.

A vida em sociedade fundamenta-se em vários elementos, dentre eles um dos mais importantes é a transferência de conhecimento, seja ele científico, religioso ou artístico. Os registros desse processo de transferência do conhecimento iniciaram com a invenção da escrita. Com o surgimento desta, o livro se tornou um dos mais importantes instrumentos de armazenamento e mediação do conhecimento.

Dentre os vários gêneros que possui o livro, aquele dedicado para fins didáticos assume um papel muito importante como auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Segundo Schäffer (2003) apesar de ter surgido em forma impressa já no século XVII, o livro passou a ter maior difusão apenas em meados do século XIX, quando da divisão e sistematização do conhecimento científico.

Apesar de todos os esforços para promover a melhoria na qualidade dos livros didáticos é preciso lembrar que eles são apenas instrumentos que auxiliam no processo de ensino aprendizagem e que o professor deve buscar outras referências para promover a pluralidade de informações. Para Castrogiovanni (2003), não importa o quanto um livro possa ser bom, se o professor não souber usá-lo todo o esforço em elaborar e selecionar um bom livro será perdido. Contraditoriamente, um livro ruim pode melhorar muito nas mãos de um bom professor.

A análise do livro didático engloba vários aspectos, que vão, segundo Martins (2006, p. 133) desde as "[...] diferentes concepções de leitores-estudantes, que parecem inspirar escolhas de exemplos, linhas de argumentação, vocabulário específico ou profundidade das explicações oferecidas, por parte dos autores" até

[...] estudos que, a partir de abordagens retóricas, problematizem a natureza das audiências (real e implícita) do livro e explorem uma tensão evidente entre a necessidade de adequação do texto à audiência-alvo e à necessidade de construir uma audiência com possibilidades ampliadas de leitura. (MARTINS, 2006, p. 133).

Percebe-se então a necessidade de desmistificar o livro didático como um material neutro e portador de uma verdade universal. O texto do livro é, portanto, permeado de valores e posicionamentos sociais, os quais defendem uma finalidade específica para o fenômeno educacional. Essa finalidade relaciona-se com uma ou mais matrizes metodológicas, que por sua vez, estão fundamentadas em princípios filosóficos.

O quadro abaixo auxilia no esclarecimento das principais teorias educacionais e os princípios que cada uma pressupõe, de acordo com Sneller (1979).

TEORIAS/ESCOLAS CLÁSSICAS DA FILOSOFIA	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS
REALISMO	Escola tradicional da filosofia. Baseia suas afirmações na busca pelo conhecimento através da investigação da matéria. Na explicação dos fenômenos, nada consta além do que é/está visível e palpável. Nesta perspectiva, a filosofia deve aproximar-se da ciência e esforçar-se para elaborar afirmações empiricamente verificáveis.
IDEALISMO	Escola tradicional da filosofia. Baseia suas afirmações na busca pelo conhecimento através do campo das ideias. Defende que tudo ultrapassa a questão material e que a essência dos fenômenos só pode ser captada por elementos subjetivos.
PRAGMATISMO	Escola tradicional da filosofia. Baseia suas afirmações na busca pelo conhecimento através dos sentidos humanos. Frisa no movimento da sociedade e na articulação entre ideias e matérias.
EXISTENCIALISMO	Essa escola envolve temas relacionados à existência e afirma que a filosofia deve converter-se, antes de mais nada, num encontro apaixonado com os perenes problemas da vida e com a inevitabilidade da morte. Nessa perspectiva, os propósitos que julgamos surpreender no universo nada mais são que uma projeção do nosso próprio desejo de ordem. Os filósofos dessa escola não analisam as questões a uma distancia segura, mas, pelo contrário, mergulha nelas intelectual e emocionalmente.
ANÁLISE	Modo de pensar que surge a partir de uma escola tradicional da filosofia: o realismo. Afirma que a filosofia deve ser predominantemente analítica e crítica, e não especulativa, e tem como finalidade atribuir uma linguagem lógico-simbólica à realidade. Baseia-se em abordagens quantitativas e em modelos matemáticos. Na ciência, representa a fonte do empirismo britânico e positivismo comtiano.
PROGRESSISMO	Essa teoria advém da aplicação do Pragmatismo na Educação e defende a transformação da sociedade como finalidade do processo educativo. Nela, a educação é a própria vida e não uma preparação para a vida.

	<p>Centra-se na resolução de problemas práticos, na democracia e na cooperação. Sua principal crítica é em relação ao “centralismo infantil”, já que nesta teoria educacional a criança tem liberdade de escolher os conteúdos a ser trabalhados, cabendo ao professor a tarefa de “aconselhamento”.</p>
PERENALISMO	<p>Teoria que tem como pressuposto a perenidade dos princípios educacionais. Apoiada tanto por realistas, como idealistas. Centra-se no desenvolvimento da racionalidade e a educação seria, nesse sentido, uma preparação para a vida. Às crianças, segundo esta teoria, devem ser ensinados certos assuntos básicos. As críticas a essa teoria envolvem o caráter ascético e aristocrático da mesma</p>
ESSENCIALISMO	<p>Utiliza-se de várias teorias/escolas filosóficas. Afirma que a educação envolve necessariamente trabalho árduo e aplicação. A iniciativa cabe ao professor e o núcleo do processo educacional é a absorção de matérias prescritas. Centra-se em métodos tradicionais de disciplina mental. As principais críticas direcionadas a essa teoria educacional é por ser demasiado estática para uma cultura em evolução e não lograr o cultivo à iniciativa intelectual do aluno.</p>
RECONSTRUTIVISMO	<p>Sucessora legítima do progressismo, essa teoria reafirma o papel da educação na reconstrução da sociedade, priorizando debates acerca da democracia e reforma social. Defende ainda que os meios e fins da educação devem ser remodelados segundo as conclusões das ciências do comportamento (sociologia, psicologia etc.). É justamente essa fundamentação que motiva as principais críticas a essa teoria educacional, já que as próprias ciências do comportamento possuem discordâncias e contradições entre si.</p>

Fonte: Livro “Introdução à Filosofia da Educação”, Kneller (1979).

Elaboração: Marques, A. C. O; 2013.

Cada escola filosófica pressupõe certo olhar e concepção dos diversos atores que se relacionam e dão forma/conteúdo ao fenômeno educacional: professores, pais, alunos, equipe gestora, legisladores entre outros. A filosofia problematiza todo o processo que põe em cena a educação – sua finalidade,

funcionamento, princípios e materiais. A partir dessas referências, analisamos o conceito de paisagem trabalhado a partir do livro didático supracitado, a fim de posicionarmos sobre o atual papel da geografia na rede estadual de ensino, sobretudo direcionada ao ensino fundamental. A análise levará em conta, principalmente, o grau de alcance do objetivo posto pela legislação federal à disciplina geográfica no nível de ensino considerado:

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação. (BRASIL/MEC, 1998, p. 26).

A partir do trecho citado, disponibilizado pela Secretaria de Educação Fundamental, apresentou-se à pesquisa mais um desafio para a pesquisa: na realização da análise de conteúdos e tendências na educação escolar é necessário, antes de mais nada, ter ciência do contexto socioespacial em que se investiga. É nesse sentido, que apresentamos uma “paisagem” elementar da área de estudo e os sujeitos alvo do fenômeno educacional.

3. Breve diagnóstico socioespacial do colégio estadual Artur da Costa e Silva – o 6º ano

O Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva, criado através da lei nº 8.408/78, está localizado na Avenida São Paulo, no Setor Jardim Querido em Porto Nacional.

A instituição iniciou suas atividades em 1968. Na época tinha como estrutura física um galpão coberto de palha, devido a este fator a escola era chamada pela comunidade local de “Dom Palha”. Atualmente a referida unidade escolar possui uma área de 8.016,00m², e tem como estrutura física alguns itens, como salas de aula (07); sala de vídeo, almoxarifado, biblioteca entre outros, conformando-lhe uma modesta feição, como ilustra a fotografia abaixo.

Fotografia 1: Faixada do Colégio Estadual Marechal Artur da Costa e Silva, Porto Nacional, agosto de 2013.



acordo

De
com o
Projeto

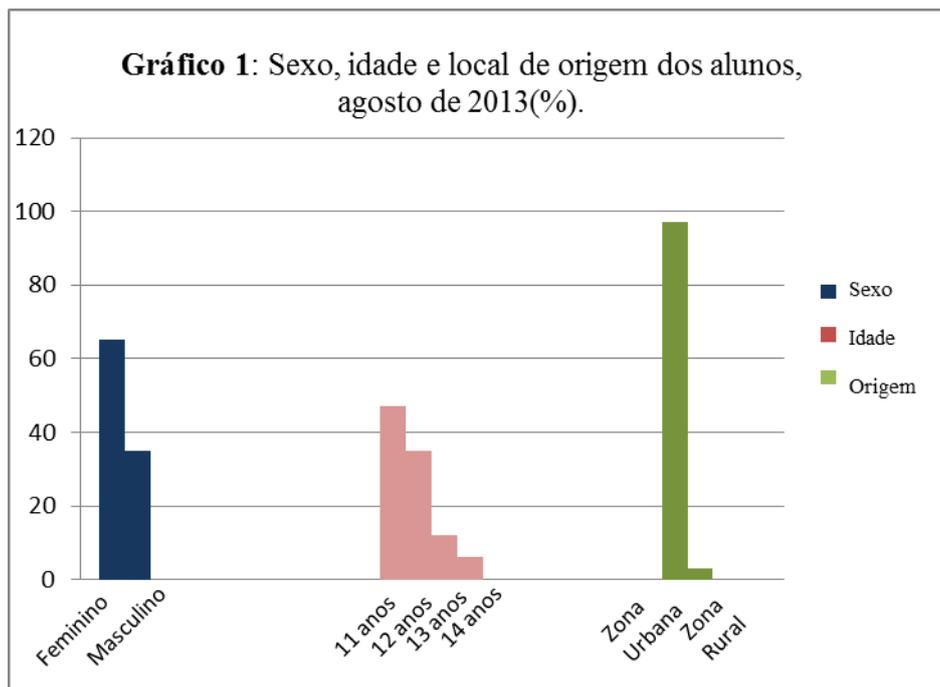
Político Pedagógico do colégio, obtiveram-se informações de que esse estabelecimento conta com 45 funcionários, sendo 19 professores e 26 profissionais no corpo administrativo e atende cerca de 480 alunos divididos entre Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio regular e o programa de Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

3.1 Perfil dos alunos

A proposta deste tópico foi traçar, de maneira simplória, o perfil dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental segundo a origem, idade, sexo e a profissão do pai/mãe ou responsável. O objetivo dessa caracterização converge com a ideia exposta anteriormente: conhecer as particularidades da audiência real trabalhada nessa pesquisa, ação que – teórico e metodologicamente – são fundamentais na escolha das diretrizes educacionais.

Os dados foram obtidos via questionários aplicados nas duas turmas de 6º ano do Colégio Artur da Costa e Silva.

Com o levantamento e sistematização dos dados obtidos observou-se que do total de 34 alunos, divididos entre as duas turmas (20 alunos no 6º ano 1 e 14 no 6º ano 2), 22 (64%) são do sexo feminino, e 12 (26%) são do sexo masculino, como observado no Gráfico 1.



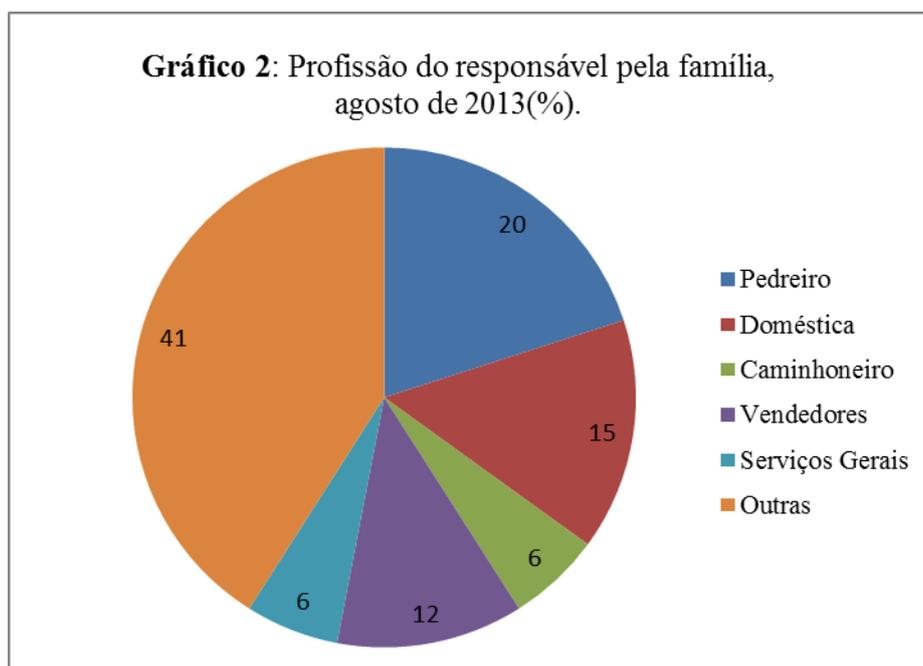
Fonte: Questionários aplicados no trabalho de campo, agosto de 2013.

Elaboração: MARQUES, A. C. O; SILVA, Emerson Martins.

Tal representação expõe também outras duas variáveis: idade e origem espacial. A média de idade dos alunos questionados varia entre 11 e 14 anos, onde a maioria (47%) possui 11 anos. Se levarmos em conta a média de idade que um aluno de 6º ano do Ensino fundamental regular, que é entre 11 e 12 anos, observaríamos que 18%, quase um quinto dos alunos do 6º ano desse estabelecimento, estão atrasados. Os motivos atrelados a esse atraso poderão ser objeto de estudo num trabalho posterior. O fato é que lidamos, nesse universo de pesquisa, com um percentual considerável de alunos com idade superior ao esperado, o que particulariza ainda mais essas turmas.

Em relação ao local de origem dos alunos, nota-se uma gama de alunos oriundos da zona urbana, aproximadamente 97% do total de alunos questionados. Entretanto, tal característica na exime a ligação destes com o ambiente rural, ou ao menos, com as ruralidades, já que as cidades tocantinenses (e Porto Nacional é um exemplo vivo) são permeadas de paisagens, valores e símbolos herdados de uma tradicional formação rural.

Outra variável trabalhada foi a profissão do responsável pela família, quando reunimos as respostas coincidentes fruto de questões abertas. Os resultados, estão representados neste gráfico:



Fonte: Questionários aplicados no trabalho de campo, agosto de 2013.

Elaboração: MARQUES, A. C. O; SILVA, Emerson Martins.

Como se vê, a maioria dos responsáveis dos alunos tem como profissão as seguintes ocupações: pedreiro (20%), doméstica (15%), vendedor (12%), caminhoneiro (6%) e serviços gerais (6%), além destas, 41% afirmaram que o responsável pela família trabalha em outras profissões, como por exemplo: professor, carpinteiro, pintor, balconista, entre outros.

Com as informações citadas neste tópico, algumas linhas gerais são identificadas e nos ajudam a entender um pouco do universo de relações que compõe a vida desse alunos. São estes, em sua maioria, membros de famílias com médio a baixo poder aquisitivo e, segundo conversas informais, mantêm relações restritas com outros lugares, além dos de origem. Portanto, uma geografia que os atinja e os faça sentir sujeitos histórico deve, para que surta efeito, trabalhar as questões do cotidiano e com muita perspicácia, as interações entre o local e global.

4. Tendências filosóficas no ensino de geografia

A revisão bibliográfica acerca dos temas transversais deste trabalho – paisagem, livro didático, filosofia e geografia –, acrescida ao diagnóstico socioespacial da área de estudo, fundamentaram algumas colocações sobre as tendências filosóficas no ensino de geografia no 6º ano do Colégio Marechal Artur da Costa e Silva. Nesta parte do trabalho, traz-se o diálogo entre os assuntos abordados nos dois tópicos anteriores a partir dos seguintes questionamentos: o conceito de paisagem presente no livro didático comporta as particularidades do universo “possível” dos alunos das turmas analisadas? Quais as tendências filosóficas e a abordagem científica presentes nas entrelinhas desse conceito?

A clássica dicotomia entre os elementos naturais e sociais ou antrópicos é apresentada e combatida logo nos primeiros parágrafos do livro em questão, a partir do seguinte conceito de paisagem: “[...] paisagem não é apenas um belo panorama natural; ela é o conjunto dos elementos naturais e culturais que podem ser vistos em um local” (BOLIGIAN, 2009, p. 12). Uma questão nesse conceito chama especial atenção: Paisagem restringe-se aquilo que pode ser visto? Logo, alunos com deficiências visuais não podem contemplar, analisar uma paisagem? Vê-se daí que o conceito trazido

pelo livro não dialoga com a concepção miltoniana supracitada e fragmenta a visão de paisagem, não incorporando sons, cheiros e sentimentos.

A incorporação dos elementos culturais no conceito do livro vem acompanhada da crítica à ideia de paisagem predominante no senso comum: algo belo e estritamente relacionado ao ambiente natural e/ou aspectos físicos da realidade. Tal crítica é válida e coerente com o que percebemos, através dos questionários aplicados, na definição de paisagem dos alunos do 6º ano. Vide algumas das respostas dos alunos à questão “Como você define paisagem?”:

- *Eu defino coisas bonitas e coisas feias.*
- *Um local colorido bonito e bem feito.*
- *É tudo bonito e feio, como cidades, fazendas, parques e outros lugares.*
- *Como uma coisa natural do lugar.*

A fidedignidade da crítica presente no livro contradiz, por outro lado, com o desenvolvimento teórico de duas categorias de paisagem elencadas pelo autor: paisagem transformada e paisagem preservada. A subdivisão parece, *a priori*, responder à vontade teórico-epistemológica de entender, de maneira não fragmentada, a realidade estudada, por isso a incorporação da dimensão natural (paisagem preservada) e antrópica (paisagem transformada). Todavia, além da dicotomia provocada no conceito, essas tipologias de paisagem foram, de maneira geral, caracterizadas a partir de aspectos tangíveis do real. É então, que a influência de certas escolas filosóficas torna-se evidente.

Para ilustrar o conceito de paisagem transformada, o autor apresenta a fotografia abaixo:

Figura 1 – Serra da Cantareira, 2005.

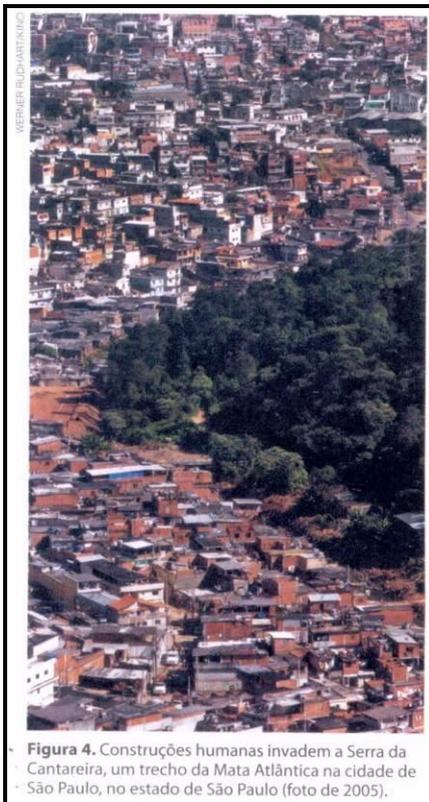


Figura 4. Construções humanas invadem a Serra da Cantareira, um trecho da Mata Atlântica na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo (foto de 2005).

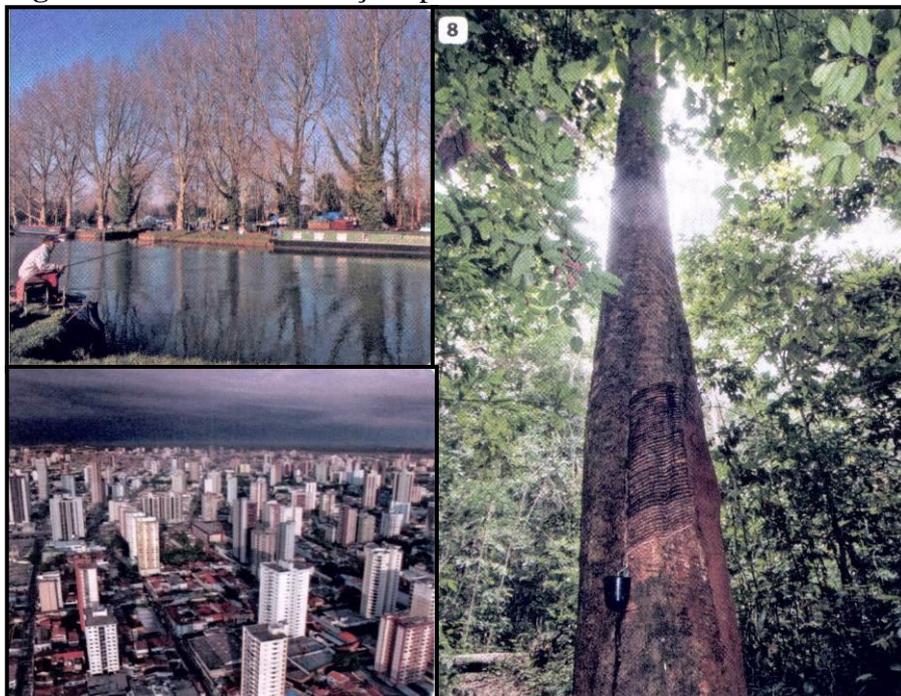
Nesta, vê-se a representação da vertente de um morro, área destinada legalmente à preservação ambiental, tomada pelo fenômeno da urbanização. O primeiro equívoco dessa abordagem encontra-se na legenda da foto, que traz termos pejorativos como “invasão” humana, esquivando-se da

discussão dos processos sociais dos quais resultaram caótica utilização do espaço. A função ideológica dos ensinamentos geográficos é, nesse sentido, preocupante, já que nega a crítica e naturaliza relações de dominação.

Ao desenvolver este conceito, de paisagem transformada, o autor estrutura seu texto em três subitens destinados à análise dos impactos de tal apropriação do espaço no solo, vegetação e clima locais. Vê-se aqui, que até mesmo quando a ênfase pertencia aos fatores “antrópicos”, o texto toma uma direção que vai ao encontro novamente, da dimensão material, sobretudo ambiental. Nota-se aí a influência da escola filosófica do realismo, descartando afirmações que vão além do visível e palpável, rejeitando tudo o que não é susceptível a verificações empíricas.

Outras ilustrações trazidas no texto reforçam as tendências filosóficas e científicas presentes na abordagem do conceito de paisagem do livro didático utilizado em toda a rede estadual de ensino para o terceiro ciclo do nível fundamental. Algo curioso é a exemplificação do conteúdo através de imagens completamente destoantes com a realidade local, que representam biomas distintos, cidades globais e até mesmo climas doutras regiões do planeta, perceptíveis nas ilustrações a seguir.

Figura 2 – Diversas ilustrações presentes no livro didático analisado.



Fonte: BOLIGIAN, 2009, p. 13,16.

A distância do conteúdo exposto da realidade local dos alunos esclarece alguns atributos relacionados não só às escolas filosóficas, mas ao método científico que orienta o discurso do autor. Este último parece convergir com o positivismo científico, que por sua vez baseia-se em princípios do realismo, já mencionado outrora, e análise, aproximando-se do empirismo britânico. A busca pelo conhecimento, nesse sentido, passa necessariamente à quantificação do real, da matéria. Aquilo que não pode ser materialmente apreendido, não pode ser, nessa perspectiva, objeto de investigação científica.

A interpretação dessas tendências no livro didático traz a tona contradições no próprio texto e no conceito de paisagem, que não estimulam o olhar crítico dos alunos, bem como a articulação da geografia e suas teorias gerais com o espaço banal.

5. Considerações finais

O livro didático utilizado por professores do 6º ano do Colégio Marechal Artur da Costa e Silva não consegue satisfazer, como único recurso em sala de aula, os objetivos traçados para a geografia no terceiro ciclo do ensino fundamental. O mesmo não comporta, em suas discussões, a dimensão histórica que torna inteligível muitos elementos da paisagem, nem mesmo trabalhar a relação sociedade-natureza além de uma perspectiva antropológica.

Pensar em metodologias de ensino de geografia que negam a pluralidade dos conceitos diante de uma realidade que comporta lugares tão complexos e muitas vezes contraditórios significa retirar desta ciência, sua capacidade de problematizar os diferentes usos e significados atribuídos ao espaço. Esquivar-se da crítica e da discussão dos fatores sociais que têm levado sociedades ao colapso, causado problemas ambientais irreversíveis e resultado na decadência de valores historicamente construídos não nos parece ser o papel da geografia. Assim, para desconstruir discursos e métodos científicos que desempenham função ideológica a favor das classes dominantes, para exercermos uma geografia radical, apelamos pela continuidade de análises como esta.

Além das críticas, consideramos de fundamental importância a proposição de novas metodologias de ensino, que permitam outras interpretações do conteúdo do livro didático e a articulação entre o currículo escolar e o contexto socioespacial em que ele é trabalhado.

6. Referências

- BOLIGIAN, Levon [et al]. **Geografia espaço e vivência**: introdução à ciência geográfica, 6º ano – 3 ed. São Paulo: Atual, 2009.
- Brasil. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998. 156 p.
- CASTROGIOVANNI, A. C. A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (org). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 132-135.
- Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29-64.
- KNELLER, George F. **Introdução à Filosofia da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- MARTINS, Isabel. Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. In: **Pro-Posições**, v. 17, n. 1 (49) - jan./abr. 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: **YÁZIGI**,
- RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. E-book. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.
- SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. In: **Finisterra**, XXXVI, 72, 2001, pp. 37-53. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf. Acessado em: 20/09/2013.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova** – da crítica à Geografia à Geografia Crítica. 3. ed. 1 reimpressão. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.
- SCHÄFFER, Otero Neiva. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. In: CASTROGIOVANNI, A. C. et al. (org). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 4 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 132-135.